



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Fórum Nacional de Cooperativas de Crédito de Micro e Pequenos Empresários e Empreendedores

Hotel Nacional – Brasília-DF, 15 de maio de 2006

Márcio, você me desculpe, mas eu tenho que falar de um lugar mais alto, porque eu sou mais baixo que você, e se eu ficasse ali não seria visível.

Meu caro Luiz Otávio Gomes, presidente do Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas,

Meu caro Márcio Lopes de Freitas, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras,

Meu caro companheiro Paulo Okamoto, diretor-presidente do Sebrae,

Meu caro Paulo Sérgio Cavalheiro, diretor do Banco Central do Brasil,

Meus caros amigos e amigas representantes do Movimento de Cooperativas de Crédito do Brasil,

Meus amigos,

Convidados,

Antes de ler o meu pronunciamento, eu queria dizer para vocês que o Márcio estava preocupado ali, porque ele cobrou algumas coisas. E eu, Márcio, você me conhece, às vezes eu fico mais zangado quando não sou cobrado e, depois de seis ou sete meses você se encontra com a pessoa e ela diz: “Ah, poderia ter sido feita tal coisa”. Mas por que você não cobrou? “Ah, porque eu não achei oportunidade de cobrar.”

Fico feliz de o Banco Central estar recebendo elogios aqui, porque sabe Deus o sacrifício que foi, em 2003, para convencer o Banco Central de que precisava fazer algumas mudanças. E todas as mudanças eu trouxe do último encontro, do primeiro encontro das cooperativas de que eu participei, parece



que no Guarujá, em Santos, e aquilo virou quase uma norma de procedimento para cobrar as mudanças necessárias para que a gente pudesse aprimorar as cooperativas no Brasil.

Depois, eu tive uma decepção, porque depois de nós aprovarmos tudo o que se entendia ser necessário aprovar, um dia eu encontro o Roberto Rodrigues e pergunto: “Roberto, eu pensei que a gente já ia ter umas 20 mil cooperativas, 30 mil cooperativas”. Eu me lembro que, até no Encontro de Prefeitos do ano passado, eu cobrei dos prefeitos: “por que não montam a cooperativa de crédito na cidade de vocês?”.

E o Roberto me chamou a atenção para uma coisa: a cooperativa não nasce porque alguém quer criar de cima para baixo. Ou um grupo de pessoas está convencido de que precisa se reorganizar, unir e criar uma cooperativa, ou ela pode nascer de forma fictícia e não funcionar, porque não tem liderança nem substância para ela sobreviver.

De forma, meu caro, que você, Márcio, não se preocupe. Saia, quando terminar este seminário aqui, este fórum, e leve a pauta de reivindicação, porque certamente tem que aproveitar, dia 31 de dezembro termina o mandato, e se tiver que fazer alguma coisa, tem que ser logo. Não demore, porque eu não sei se terá outra oportunidade, você tem experiência nisso.

E quando eu falo de cooperativa, eu falo porque acredito, eu falo porque é um jeito de você não precisar dos bancos para tomar dinheiro emprestado. Então, não tenham nenhuma preocupação de fazer as reivindicações, de colocarem no papel. O Banco Central de hoje está muito mais flexível do que o Banco Central que eu herdei. Os funcionários do Banco Central estão muito mais convencidos, o Ministério da Fazenda está muito mais convencido. E eu acho que o resultado das coisas que vocês estão fazendo são razões suficientes para que a gente tenha mais argumentos para convencer mais gente que ainda queira colocar obstáculo. Então, não fique constrangido de reivindicar, não, porque constrangido você deveria estar se não tivesse



reivindicado.

O papel de um governo democrático é responder aos anseios do seu povo, promovendo o melhor uso dos recursos disponíveis. É o que temos feito, e assim entendemos a missão do Estado na luta pelo desenvolvimento do nosso país. É por isso que estamos implementando um enorme esforço de desenvolvimento econômico e social para levar milhões de brasileiros e brasileiras a ter plena cidadania, superando uma situação de miséria que tem se perpetuado ao longo da nossa história.

Reduzir a distância entre o Brasil de cima e o Brasil de baixo implica quebrar um mito do desenvolvimento entre nós. Durante décadas cultivou-se neste país a idéia de que uma economia só avança se concentrar riquezas e oportunidades nas mãos de poucos, deixando de lado projetos e investimentos do interesse de muitos. Em nome dessa suposta eficiência, chegou-se a promover o sucateamento do Estado brasileiro e negligenciar serviços públicos essenciais, dos quais depende a segurança e o bem-estar social da maioria da população.

Toda a sociedade brasileira pagou um preço trágico por esse equívoco. Mas a cota mais alta do sacrifício recaiu nas costas da porção mais humilde do nosso povo, formada por aqueles que dependem, essencialmente, da infraestrutura pública para sobreviver. Reverter essa lógica, como estamos fazendo, é o principal desafio de um projeto de desenvolvimento democrático. Significa, entre outras coisas, recuperar a eficiência e a dignidade da máquina pública; romper o funil elitista da educação; assegurar uma renda mínima aos que têm fome; democratizar o acesso à moradia, à terra, à saúde, à cultura, à comunicação e à participação política.

A ampliação do acesso ao crédito faz parte dessa gigantesca travessia de um Brasil de poucos para um país de todos. Não se trata, neste caso, de corrigir apenas uma injustiça de caráter técnico, contábil. O crédito, na verdade, é uma antecipação do futuro e um multiplicador de oportunidades, que liberta o



presente das restrições trazidas do passado e amplia as possibilidades de um tempo novo para o nosso povo. O crédito mais barato significa, também, um divisor de água entre a sobrevivência e o fracasso para milhões de micro e pequenos empreendedores. Historicamente, eles têm sido desdenhados pela lógica de um crescimento sem perspectiva social.

Não era pouco o que o Brasil perdia com isso. Os micro e pequenos negócios representam mais de 90% do universo empresarial brasileiro, garantem 67% da oferta de empregos e geram mais de 20% do PIB. Mas o que é, sobretudo, importante: 64% desses empreendedores não têm acesso ao capital de giro. Dependem de recursos pessoais tomados junto a parentes, amigos ou mesmo agiotas para pagar as contas de suas empresas. Não é difícil entender, portanto, porque 49,5% desses empreendimentos fecham as portas antes dos primeiros dois anos de vida. O desafio deste seminário é adicionar idéias e propostas ao que o governo tem feito para romper esse ciclo de frustração social e desperdício produtivo.

Desde o início do nosso mandato, apostamos na capilaridade do sistema cooperativo para superar esse círculo vicioso. Acolhendo propostas das entidades do setor, dotamos o sistema cooperativo de maior flexibilidade e abrangência; liberamos a criação de associações de livre adesão, sem vínculo profissional; autorizamos a captação de poupança rural por bancos cooperativos; demos isenções fiscais ao sistema e aumentamos os limites de exposição ao risco. Liberamos, também, a formação de cooperativas de dois ou mais grupos empresariais distintos e ampliamos a sua base de abrangência, passando de 100 mil habitantes para até 300 mil habitantes distribuídos por dois ou mais municípios. Agora, estudamos elevar esse limite para um universo de 750 mil habitantes.

Simultaneamente, cuidamos de fortalecer a saúde do sistema, protegendo os interesses dos associados com normas de auditoria externa e fiscalização ainda mais eficazes. Finalmente, criamos o Programa de



Capitalização de Cooperativas de Crédito e autorizamos o uso cooperativo de Postos de Atendimento Eletrônico, bem como de Postos de Atendimento Transitório em todo o território nacional, iniciativas que o setor vinha reivindicando há muito e muito tempo.

As cooperativas de crédito ainda representam uma fatia pequena do sistema financeiro nacional, com participação de apenas 2,6% no movimento geral de recursos. Mas, graças ao incentivo dessas medidas, ocorreu um expressivo aumento do associativismo de crédito no país. Hoje, ele reúne dois milhões seiscentos e oitenta e três mil associados, um aumento de 43% em relação a dezembro de 2002. O total de depósitos cresceu 75,5% nesse período e a massa de empréstimos saltou 74,5% nesses 40 meses de governo.

Meus amigos e minhas amigas,

Esse esforço de ampliar o crédito cooperativo é parte de um esforço mais geral pela ampliação e democratização do crédito como um todo em nosso país. Não há dúvida de que vivemos um ciclo inédito de democratização do crédito no Brasil. Seu montante hoje já equivale a 31% do PIB, sendo o mais alto percentual registrado desde 1995, com elevação de 33% sobre o patamar de 2003.

Mas não se trata apenas de uma mudança de quantidade. A composição e o destino dessa massa de recursos encerram igualmente distinções profundas em relação à lógica financeira dos anos 90 e a seus desdobramentos recessivos e concentradores. Quando tomamos posse, o volume de empréstimos liberado pelas instituições públicas brasileiras havia caído de um patamar de 20,7% do PIB, em 1995, para cerca de 9%. Pior ainda: vivíamos os efeitos de uma política deliberada de redução do crédito direcionado – aquele destinado à habitação, infra-estrutura e produção rural, entre outros –, regido por taxas de juros significativamente inferiores à média do mercado.

Em meados de 2001, o saldo do crédito direcionado nas principais



instituições públicas havia recuado para algo em torno de R\$ 300 bilhões – eu estou achando que 300 bilhões, aqui, o número está exagerado. Em março deste ano, podemos dizer, com orgulho, ele já era um montante da ordem de R\$ 606 bilhões. Dobramos o volume e invertemos a tendência. No caso das micro, pequenas e médias empresas, o saldo de empréstimos no Banco do Brasil cresceu 144% entre janeiro de 2003 e 2005. No BNDES, a participação desse segmento subiu de 22% para 31% do total emprestado no período. Na Caixa Econômica Federal, o financiamento imobiliário atingiu R\$ 9 bilhões no ano passado, com uma alta de 70% em relação ao começo do governo. Este ano, os novos desembolsos já superam as amortizações dos contratos antigos, o que significa dizer que estamos adicionando fôlego extra à atividade econômica e à geração de emprego para os próximos vinte e quatro meses, período médio de maturação de um empreendimento imobiliário.

Os benefícios para os setores mais humildes da população não decorrem, todavia, apenas do aumento de postos de trabalho. A destinação dos recursos também converge, prioritariamente, na sua direção. Hoje, 44% dos financiamentos da Caixa Econômica concentram-se na faixa de renda de até três salários mínimos, onde estão 84% do déficit habitacional brasileiro. Antes do nosso governo, apenas 20% dos recursos iam para esse segmento. O estoque de imóveis desocupados, ainda existente no mercado, equivale praticamente ao déficit habitacional brasileiro, da ordem de sete milhões de unidades. Ou seja, o mau uso do crédito no passado, em vez de reduzir nossos desequilíbrios sociais, reiterou e agravou as condições prevalecentes da desigualdade brasileira.

A lógica que perseguimos é oposta a essa. Colocamos a alavanca do crédito para trabalhar a favor da maioria e, portanto, a serviço de um padrão de bem-estar melhor para toda sociedade. Como disse o Márcio, inclui-se aí um acelerado processo de bancarização das faixas de menor renda, que já abriram mais de cinco milhões de novas contas do Caixa-Fácil, entre abril de 2003 e



abril deste ano. O crédito consignado, com desconto na folha de pagamento, destinou R\$ 35,5 bilhões em financiamentos ao mercado de consumo, a uma taxa de juros muito inferior à média do mercado. Além de milhões de assalariados da ativa, 8,2 milhões de aposentados e pensionistas já se beneficiaram desse recurso.

No campo, aí o Márcio, como ninguém, sabe o avanço que foi dado no financiamento, sobretudo da parte da agricultura familiar, que cresceu 275% desde que nós assumimos o governo. O resultado é o que estamos vendo: uma combinação importante de crescimento, apoiado em mais empregos, mais oportunidades, maiores vendas, menor inflação e recuo da desigualdade. Esse é o papel do crédito num projeto de desenvolvimento democrático: desobstruir as oportunidades de futuro negadas no passado, libertar as energias do presente e reafirmar as esperanças de um país melhor, a cada amanhã.

Eu queria lembrar a vocês, que vão ter aí alguns dias de trabalho, algumas dificuldades que nós tivemos, que necessariamente não precisamos ter. A parte da evolução que aconteceu no Banco Central, e pode continuar acontecendo, nós precisamos fazer com que essa evolução aconteça no conjunto da sociedade, para entender o papel das cooperativas no nosso país. Eu sempre disse ao Márcio que eu sonho que o Brasil tenha, um dia, o título do país mais organizado em cooperativas de todo mundo. E o Brasil tem possibilidades disso, se nós acreditarmos que é possível fazer isso. E, ao invés de ficarmos vendendo as dificuldades, a gente deve vender as coisas que precisam ser feitas, trabalhar para mudá-las e, então, tentar tornar as cooperativas uma realidade neste país.

Eu vou dar alguns exemplos. Não basta o Banco Central ter a vontade que está demonstrando, não basta o presidente da República ter a vontade que está demonstrando, não basta vocês fazerem as reivindicações que estão fazendo. O que nós precisamos é fazer com que essa confluência de interesses entre governo, cooperados e sociedade brasileira se transforme em



mecanismos que possam facilitar definitivamente a organização das cooperativas e facilitar o dinheiro.

Eu me lembro que, quando fomos discutir com o BNDES para aumentar os recursos para as cooperativas, havia sempre a dúvida porque no Brasil nós temos uma cultura disseminada, na cabeça de todo mundo, que todos são desonestos até que provem o contrário; e a gente não pensa diferente, que todos são honestos até que provem o contrário. Vamos criar um mecanismo e, depois que ele estiver criado, vamos percebendo se está funcionando ou não e fazendo as correções que precisam ser feitas. Levou meses, meses, para que a gente pudesse convencer as pessoas de que nós precisaríamos criar o mecanismo de aumentar o financiamento e depois a gente iria corrigindo, se houvesse muita inadimplência. Porque se a gente partir do pressuposto que as pessoas não vão pagar e exige garantias que as pessoas não podem dar antes de fazer o financiamento, fica tudo parado, fica tudo amortizado dentro dos bancos e não funciona.

Vocês vão ter aqui dois dias de encontro. Pois bem, eu queria sugerir tanto ao Sebrae, quanto ao Banco Central e às cooperativas, que vocês mapeassem, mais uma vez, a lista das coisas que precisam ser feitas para as cooperativas funcionarem corretamente, para que a gente não tenha mais nenhum problema, para que a gente dê um passo adiante quando vocês fizerem o próximo encontro no ano que vem, para que a gente possa, definitivamente, veja...

Deixa eu contar uma coisa para vocês. Se houve um tempo em que o Brasil tinha problema de falta de dinheiro, hoje nós não temos problema de falta de dinheiro. O Sebrae tem, mas não gasta tudo que tem. Mas a verdade é que nós temos muito dinheiro no BNDES, nós temos dinheiro no Banco do Brasil, então o que precisa é sair daqui, Paulo Okamoto, presidente do Sebrae, Márcio, presidente da OCB, o que precisa é as propostas saírem daqui bem corretas e bem pontuais, daquilo que nós temos que fazer. Eu, por exemplo,



Márcio, fico horrorizado quando você diz assim: “nós tomamos uma medida no Conselho Monetário Nacional há quatro meses e ela não foi regulamentada”.

Agora, eu só lamento ficar sabendo quatro meses depois, aqui neste encontro. Eu poderia ter sabido, por telefone, uma semana depois de decidido no Conselho Monetário Nacional, porque foi uma briga para tomar aquela decisão. E tomou-se essa decisão. Ora, se ela foi tomada, é preciso que a gente a coloque para funcionar. Vocês vão ver como, a partir de amanhã, depois de amanhã, vão começar a tratar da regulamentação.

Uma outra coisa que eu queria pedir para vocês é o seguinte: tem algumas coisas que precisam do Congresso Nacional e não tem jeito. Nós estamos há quantos anos reivindicando uma tal de uma lei geral para as micro, pequenas e médias empresas? Há quantos anos? Quer dizer, vocês e o Sebrae trabalharam, fizeram um projeto, passaram meses e meses, eu não agüentava mais ver o Paulo Okamoto reclamar que eu não falava da pequena empresa. Não agüentava mais o Paulo Okamoto dizer que o Palocci estava dificultando, não agüentava mais dizer que o Planejamento estava criando dificuldades. Depois, nós chegamos e construímos uma proposta que pode não ser a ideal, mas é a melhor até então apresentada no Congresso Nacional.

Meus filhos e minhas filhas, se vocês não se convencerem de que é preciso fazer um pouco de pressão para essa lei ser aprovada, nós corremos o risco de terminar o ano e essa lei não ser aprovada. E aí nós vamos ter uma nova legislatura, que vai começar somente em fevereiro, e até todo mundo se adequar à Casa, vai levar mais um tempo. Então, é preciso que a gente se convença, se essa é uma lei importante, por que ela não foi votada ainda? Então, Paulo, Márcio e todos vocês aqui, é preciso uma ação. Eu não estou dizendo para fazer pressão quanto ao Congresso, não. É fazer conversa organizada, é pegar os líderes dos partidos políticos, cada líder dos partidos políticos, os presidentes dos partidos, o líder no Senado, na Câmara, e perguntar por que é que não foi votada? Porque, todo mundo... agora está



chegando a época das eleições, vocês vão perceber: não vai ter um que fale mal de pobre, todos vão falar de banqueiro; não vai ter um que fale mal de cooperativa; não vai ter um que fale mal de microempresário, de pequeno... Porque agora, tudo que é pequeno, é de uma dimensão extraordinária.

Mas os projetos estão lá. Isso pode ser transformado em realidade este ano, a semana que vem, o mês que vem. Ao terminar este encontro, por que vocês não marcam uma reunião com o Presidente da Câmara para conversar com ele? Com o Presidente do Senado, para conversar com ele? Eu tenho certeza de que o presidente Aldo e o presidente Renan vão cooperar, e eles próprios podem chamar uma reunião da liderança. O que não dá, gente, é que já faz muito tempo que esse projeto está lá. Então, eu queria aconselhar vocês a terem uma ação, que tirassem uma convenção para conversar com os líderes e com os presidentes da Câmara e do Senado, porque eu converso muito com o Renan, converso com o Aldo, eles têm... Agora, também, às vezes, os líderes é que precisam colocar em votação. E eu temo, Márcio, que a gente possa ter um bom projeto que não funcione por muito tempo. Nós temos projetos há 13 anos, há 12 anos, há 15 anos, há 8 anos.

Eu fui candidato em 1989 e já se falava da micro, pequena e média empresa, e vocês sabem disso. E somente agora é que foi feita a lei. Então, já que ela está feita, já que foi feita, vencemos os obstáculos para construir uma lei de interesse da grande maioria do povo brasileiro... E ela tem pai. O pai são os pequenos empresários e o Sebrae, que a fizeram. Não é uma proposta do governo federal, não é uma proposta de um partido político, porque nessa hora, também, as pessoas não querem que ninguém assuma o DNA das propostas para ninguém ganhar.

A esta altura do campeonato, eu acho que o Sebrae e as cooperativas deveriam assumir a paternidade, mandar fazer um teste de DNA e dizer: isto aqui é nosso e nós queremos que seja aprovado. Porque senão, Márcio, vai terminar o seu mandato, vai terminar o mandato do Paulo Okamoto, vai



terminar o meu mandato, o Banco Central já não será mais tão democrático assim, e vocês poderão não ver aprovada essa lei que é extremamente importante para a sobrevivência da economia brasileira.

Eu quero desejar a vocês boa sorte neste encontro, quero dizer para vocês que não se acanhem de colocar no papel as reivindicações. As reivindicações podem ser grandes e muitas. Se a gente vai poder atender, eu não sei.

Muito obrigado e boa sorte.